

O ESTADO E SEUS ALELOS: O ESTADO PARALELO. Autor: Diego Vilanova Rodrigues. Orientador: Jayro Gonçalves Melo – Inter-áreas: 3.26 – Geografia - Departamento de Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

O objetivo principal, ao discutirmos o conceito de “Estado Paralelo”, é desconstruí-lo e apontar lacunas existentes na aplicação do conceito pela grande mídia, artigos e publicações, de forma explícita ou implícita. É um conceito comumente explicitado nos momentos de crise de segurança e nas abordagens que tem como proposta discutir a criminalidade e o Estado. Esta problematização almeja trazer à tona elementos que explicitem as contradições do Estado brasileiro, configuradas, dentre outras manifestações sociais, na violência e na criminalidade. São elementos inerentes ao próprio Estado. Queremos, pois, compreender o que se convencionou denominar “Estado Paralelo”. Para atingir o objetivo, adotou-se, por metodologia mais adequada, a consulta à bibliografia que tenha como palavras-chave: Estado, “Estado Paralelo”, crime organizado, criminalidade etc. Além da consulta a jornais e revistas de circulação regional e nacional, que de alguma forma abordaram esses temas, realizamos seleção, cruzamento e análise dos dados obtidos.

O Estado de direito exige um discurso que lhe dê coerência e sentido. Atualmente, e desde o seu surgimento, o discurso tem sido o de conotação liberal. Liberdade, igualdade e fraternidade é o lema sustentador deste discurso, ou seja, o Estado comparece como mantenedor da ordem social, possibilitador da superação do Estado natural (barbárie) e assegurador da propriedade privada, esta entendida como ápice da liberdade humana, a liberdade de possuir ou, como diz Macpherson (1979, p. 15), a liberdade inerente ao individualismo possessivo oriundo do século XVII. A idéia de que o Estado é provedor do bem comum e tem o dever moral de proteger a sociedade (TORQUATO, 2006, p. A2) permeia fortemente o tecido social, desde sua instauração enquanto Estado moderno a partir do final dos séculos XVII na Inglaterra e XVIII na França. Melo (1988, p. 20-1), com base no livro de Mairret, intitulado “Le liberalisme: pressuposés et significations”, afirma que “bem comum” justifica “a propriedade privada e constitui-se na fórmula da moralidade manifesta na sociedade civil”. E continua: “A semelhança de liberdade e propriedade, **bem comum** também se revela no indivíduo, assegurando assim, no próprio conceito, a garantia da individualidade”.

Essa idéia de que o Estado é provedor do bem comum, portanto, tem conformado o discurso que corriqueiramente se vê difundido pelos meios de comunicação de massa. A versão clássica de Estado ganhou, no Estado democrático de direito, novas instituições e diferentes expressões de poder, sem, no entanto, perder seu ideário genético. Vivemos, pois, no desdobramento contemporâneo do Estado liberal clássico, cujas contradições florescem a cada reformulação e a cada momento histórico, ganhando proporções e magnitudes díspares. A importância do discurso é associada por nós à própria existência do Estado. A sua superação é nossa plataforma de observação, que possibilita a objetivação de relações sociais contraditórias implícitas no ordenamento jurídico que lhe dá visibilidade. Para isso, atentar-se-á para a forma com a qual atores sociais desse universo simbólico liberal relatam e lêem o fenômeno da violência. Portanto, analisando o discurso e suas contradições, tentaremos trazer à luz do debate o conceito de “Estado Paralelo”, que nem sempre comparece explícito nas falas.

A crise de segurança vivenciada no Estado de São Paulo na primeira quinzena do mês de maio de 2006 e que ganhou espaço na opinião pública, principalmente por tratar-se, segundo a grande mídia, de um “[...] vasto e sangrento confronto entre as forças de segurança do Estado e o crime organizado” (EDITORIAL, 2006, p. A2) explicita o universo simbólico no qual esse discurso se agarra para reproduzir-se e perpetuar-se enquanto força ideológico-política hegemônica. Ora, esse discurso permite admitir que o Estado está fragilizado pelo crime e necessita ser moralizado, reestruturado, otimizado, ou seja, coloca a situação de violência extrema vivida pela sociedade, como algo exógeno ao próprio Estado de direito e que, sendo assim, põe em risco a sua existência:

A gravidade a que chegou a questão da segurança em São Paulo, porém, justifica o corte de gastos em outras áreas para reforçar a luta contra o crime – em especial o organizado, que ameaça o próprio Estado de direito. (EDITORIAL, 2006, p. A2).

Denuncismo, maniqueísmo, discurso moralizante e a idéia de surgimento de um “Estado paralelo” é o que se tem visto na mídia. Geralmente a questão vem sendo abordada assim:

O Estado, provedor do bem comum, tem como dever moral proteger a sociedade. Com suas instituições, ocupa o degrau inicial na escadaria do poder. Por isso é conhecido como primeiro setor. A organização privada, que produz bens e serviços, ocupa posição logo abaixo, ganhando a designação de segundo setor. Organizada em núcleos, a comunidade cria grupos de referência, movimentos e entidades para representá-los. Este é o terceiro setor, formado por organizações não-governamentais, fenômeno que merece destaque na cultura brasileira. Fechando a roda grupos e bandos organizam fora da esfera do Estado¹, fixando-se na informalidade ou se abrigando no esconderijo da bandidagem, formam o quarto setor e lutam para enguiçar o eixo central da roda. (TORQUATO, 2006, p. A2).

Essas abordagens fragmentam a sociedade, além de, contraditoriamente, afirmarem tratar-se, o crime organizado, de um setor que se organiza “fora da esfera do Estado”. Sendo assim, crime organizado comparece como “Estado paralelo”, como força paralela ao Estado de direito e oposta, pois sua principal incumbência é “enguiçar o eixo central da roda”. Trata-se aqui do clássico discurso maniqueísta onde prevalece a luta do bem contra o mal, presente em ambas as citações.

Após os ataques do crime organizado às forças de segurança do Estado, houve uma verdadeira “caça” aos criminosos, que rendeu mais de uma centena de mortes efetuadas pela polícia paulista, em um período de três dias. A maioria das vítimas sem relação direta comprovada com o crime organizado. Esse contra-ataque oculta as verdadeiras causas e os verdadeiros agentes da violência estabelecida e a repressão policial desmedida passa a ser legitimada por parte do discurso, que tenta minimizar os episódios de derramamento de sangue, sob o pretexto de garantia da civilidade contra o terror da barbárie, ou seja, a necessária violência exercida pelo Estado para impedir o Estado natural:

A discussão pós- crise está centrada nos crimes eventualmente cometidos pela polícia, em vez de preocupar-se em colocar sob controle o crime organizado, responsável pela violência original. É justo que haja essa preocupação, sob pena de se apagar a fronteira entre civilização, que o Estado e sua polícia deveriam proteger, e a barbárie. (ROSSI, 2006, p. A2)

Há também os que, de forma mais coerente, mas não menos contraditória, entendem que o excesso de violência por parte de agentes da lei (policiais) não condizem com o funcionamento ideal do Estado:

Se policiais transpuserem os limites da legalidade precisam ser punidos, ou a diferença entre bandidos e agentes da lei se apaga. (EDITORIAL, 2006, p. A1).

Em ambas as formas, implicitamente, floresce a idéia de que tais acontecimentos, ao ocorrerem, agridem o Estado democrático de direito de fora, configurando uma relação de exterioridade. Escapa ao olhar aprisionado ao aparente, que a criminalidade, a corrupção etc. que compõem o que se convencionou chamar crime organizado e consequentemente “Estado paralelo”, têm explicação no contraditório.

Isso que a mídia chama de “Estado paralelo” e choca-se, em momentos de extrema disputa de poder, com o braço armado do Estado, não passa de sua negação, daquilo que o discurso que lhe dá sentido oculta. Para usarmos um conceito da biologia, são alelos que formam o próprio Estado, ou seja, fazem parte do universo que lhe dá sustentabilidade. Esta contradição é sensível na expansão gigantesca do sistema prisional e no fato de que, tanto o crime organizado, quanto o Estado de direito são compostos, em certos casos, pelos mesmos atores sociais. Comumente vemos noticiados episódios de agentes do Estado envolvidos em crimes, compondo quadrilhas etc. No entanto, a dicotomia crime organizado-Estado permanece:

¹ Sublinhado por nós.

Esquecem-se que as organizações criminosas atuam infiltradas no Estado (MAIEROVITCH *apud* BORGES, 2002, p. 18). Até mesmo os juristas [...], valem-se de construções legislativas ou doutrinárias [...]. (BORGES, 2002, p. 18).

Ou ainda:

O relacionamento da organização criminosa com o aparelho de Estado se tornou uma de suas características. (BORGES, 2002, p.30).

Ao discutir o conceito de “Estado paralelo” o jurista Paulo César Corrêa Borges afirma:

Em razão desse perfil do crime organizado, não se pode, entretanto afirmar que há um Estado Paralelo, mas apenas uma visibilidade da área de atuação da organização, a qual mantém relações com diversos funcionários público, cuja colaboração é imprescindível. (MINGARD, *apud*, BORGES, 2002, p. 30).

Admite-se, pois, que é necessário mais que um domínio territorial e o suprimento de algumas necessidades da comunidade local, exercida pelo crime organizado em determinado ponto, para configurar-se uma situação denominada “Estado Paralelo”. Mas nesta abordagem, assim com nas até então explicitadas, tampouco existe a referência de que o crime é a razão de ser do Estado. O Estado é reivindicado pelos próprios criminosos, como se percebe na declaração feita pelo “Primeiro Comando da Capital” (PCC), por ocasião do seqüestro de um jornalista da Rede Globo de televisão. O resgate foi a divulgação de um manifesto em rede nacional de televisão:

Queremos um sistema carcerário com condições humanas, não um sistema falido, desumano, no qual sofremos inúmeras humilhações e espancamentos. Não estamos pedindo nada mais do que está dentro da lei. Se nossos governantes, juízes, desembargadores, senadores, deputados e ministros trabalham em cima da lei, que se faça justiça em cima da injustiça que é o sistema carcerário, sem assistência médica, sem assistência jurídica, sem trabalho, sem escola, enfim, sem nada. Pedimos aos representantes da lei que se faça um mutirão judicial, pois existem muitos sentenciados com situação processual favorável, dentro do princípio da dignidade humana. (PCC, 3 de maio 2006)

Há, aqui, uma legitimação do próprio Estado, mas do Estado eficiente quanto à observância de suas atribuições em função da ordem e da garantia de integridade do cidadão.

A semelhança nos discursos (isso fica evidente quando observamos o lema do PCC “Paz, Justiça e Liberdade” e o da revolução iluminista reproduzido até hoje, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”), remete-nos à conclusão de que “a idéia de Estado Paralelo é mais um artifício ideológico que busca isentar o Estado da violência a ele próprio inerente” (MELO, 2004, p.51). Em suma, o discurso dominante reforça a necessidade do Estado em sua plenitude e a violência surge como mazela passível de ser contornada. Na verdade, o Estado liberal é conformado na necessidade da violência, e seu principal expoente é a violência da expropriação do homem pelo homem. A expropriação do trabalho, pois, é a plataforma de sustentação dessa forma de Estado e, portanto, a sua negação. Como admitir um Estado liberal, garantidor da individualidade, dos direitos irrestritos do “cidadão”, que necessita da violência para existir? É nessa contradição que nos firmamos para formalizar o concreto, o real.

A disseminação da ideologia que reforça permanentemente essa dualidade, Estado de direito-Estado paralelo (ou crime organizado) é fundamental para sua perpetuação, pois, “numa sociedade de classes, o discurso dominante alcança sua legitimidade na medida de sua aceitação pela sociedade global enquanto detentor de verdade” (MELO, 2004) e o contra-discurso explicita-se na práxis revolucionária, instrumento de transformação social.

Referências Bibliográficas

BORGES, Paulo César Corrêa. **O crime organizado**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

EDITORIAL. A criminalidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de maio de 2006. Editoriais, p. A2.

EDITORIAL. Sem saída. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de maio de 2006. Editoriais, p. A2.

EDITORIAL. A que ponto chegamos! **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 de maio de 2006. Notas & Informações, p. A3.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou em Maquiavel**: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1996.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELO, Jayro Gonçalves. **História e Práxis**: do imediato ao concreto. Tese de livre docência. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MELO, Jayro Gonçalves. **O nacional em Caio Prado Júnior**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1988. (Cópia revista)

ROSSI, Clóvis. O pós-crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 2006. Editoriais, p. A2.

TORQUATO, Gaudêncio. A roda trincou. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 de maio de 2006. Editoriais, p. A2.

Bolsa: CNPq/PIBIC